



TATIANA DA SILVA OLIVEIRA

**SEXUALIDADE E DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS LGBTQIA+:
O PAPEL DA CLÍNICA PSICOLÓGICA AFIRMATIVA COMO
ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO**

FORTALEZA

2021

TATIANA DA SILVA OLIVEIRA

SEXUALIDADE E DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS LGBTQIA+:
O PAPEL DA CLÍNICA PSICOLÓGICA AFIRMATIVA COMO ESTRATÉGIA
DE ENFRENTAMENTO

Trabalho de Conclusão do Curso
como requisito para obtenção do
grau de bacharel em Psicologia da
Faculdade Ari de Sá.

Orientadora: Profa. Dra. Áurea Júlia
de Abreu Costa.

Aprovado(a) em: ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Áurea Júlia Abreu Costa
Faculdade Ari de Sá

Profa. Dra. Beatriz Sernache de Castro Neves
Faculdade Ari de Sá

Profa. Me Karine Lima Verde Pessoa
Faculdade Ari de Sá

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Faculdade Ari de Sá
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48s Oliveira, Tatiana da Silva .
SEXUALIDADE E DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS LGBTQIA+: O PAPEL DA CLÍNICA
PSICOLOGICA AFIRMATIVA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO / Tatiana da Silva
Oliveira. – 2021.
25 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Ari de Sá, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profª. Dra. Áurea Júlia Abreu Costa.

1. LGBT;. 2. Terapia afirmativa. 3. LGBTfobia;. 4. Clínica psicológica;. I. Título.

CDD 150

SEXUALIDADE E DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS LGBTQIA+: O PAPEL DA CLÍNICA PSICOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO

Autora: Tatiana da Silva Oliveira
Orientadora: Profa. Dra. Áurea Júlia Abreu Costa

RESUMO:

O presente estudo abordou o papel das práticas psicoterápicas afirmativas e seus desdobramentos no atendimento psicológico direcionado ao público LGBTQIA+ (Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuados e outros). Grupo composto por pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero não heteronormativas. Esta condição está sujeita a manifestações de violências fóbicas de natureza física, emocional, social e os seus impactos no processo de construção e aceitação da identidade destes indivíduos. Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa com foco na revisão integrativa de literatura que abordasse o assunto em questão. Ao longo do processo de pesquisa identificamos os aspectos relativos ao adoecimento psíquico, motivado pela LGBTfobia, seus principais fatores estressores e a importância do profissional de psicologia, atuar de maneira afirmativa e qualificada. Contudo a escassez de trabalhos produzidos, aponta para a necessidade da continuidade dos estudos que motivem outras contribuições sobre este tema.

Palavras-chave: LGBT; LGBTfobia; Clínica psicológica; Terapia afirmativa;

ABSTRACT:

The present study addressed the role of affirmative psychotherapeutic practices and their consequences in the psychological care aimed at the LGBTQIA+ audience (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transgender, Queer, Intersex, Asexual and others). Group composed of people with sexual orientations and non-heteronormative gender identities. This condition is subject to manifestations of phobic violence of a physical, emotional, social nature and its impacts on the process of construction and acceptance of the identity of these individuals. We carried out qualitative research with a focus on an integrative literature review that addressed the subject in question. Throughout the research process, we identified aspects related to mental illness, motivated by LGBTphobia, its main stressors and the importance of the psychology professional, acting in an affirmative and qualified manner. However, the scarcity of works produced points to the need to continue studies that motivate other contributions on this topic.

Keywords: LGBT; LGBTphobia; Psychological clinic; Affirmative therapy.

INTRODUÇÃO

Esta produção pretende apresentar de forma sucinta a relação entre a prática psicológica direcionada a população LGBT, sigla generalista para designar pessoas cuja orientação sexual e identidade de gênero, não se encaixa nos padrões heteronormativos de comportamento e o sofrimento psíquico destes indivíduos, motivado pelas manifestações fóbicas manifestadas nos mais distintos contextos sociais. Para a compreensão deste tema, faz-se necessário, antes, resgatar o percurso histórico que possibilitou a construção dos conceitos de sexualidade, discriminação e LGBTfobia, tão debatidos atualmente.

Inicialmente é preciso destacar que a moral defendida da época clássica, pautada no viés da religiosidade exercia o domínio sobre os sujeitos a partir do pecado, da culpa e da forte influência de manifestações espirituais malignas problematizadas à sombra da imposição das normas cristãs, ainda tão relevantes na nossa sociedade contemporânea. Na modernidade, o homem passou a ser protagonista de suas ações e não mais sujeito a manifestações externas. Conforme explicam os autores Elsirik e Trevisan (2008 p.07) “E isso não seria possível sem a construção da interioridade no sujeito, sem a privatização do desejo e a responsabilização dos seus atos. Cada pessoa passa a ser o grande senhor dos seus atos, mas também o grande bandido”.

Essa distinção, alicerçada em códigos morais em detrimento a valorização das subjetividades humanas, induziu os especialistas a considerarem aqueles que se desviavam da norma heterossexual como doentes a serem curados. Segundo Santos (2013, p.04), a partir de meados do século XVIII, passamos a falar de sexo “não somente pelo do discurso da moralidade e percebemos o fortalecimento do chamado poder de polícia, visando a adoção de mecanismos de controle, mediante a defesa pública da noção de uma vivência normalizadora da sexualidade”.

Segundo Michel Foucault (2005, p. 107), a partir do século XVIII desenvolvem-se grandes estratégias de saber-poder a respeito do sexo, operacionalizadas a partir do dispositivo da sexualidade e produzindo quatro figuras/objetos de saber correlativas a essas estratégias. Entre elas destacamos: A

Psiquiatrização do prazer perverso e o objeto "adulto perverso" (agregando na mesma categoria o homossexual, o pedófilo, o masoquista e todas as ditas "anomalias" e "anormalidades" das sexualidades consideradas desviantes e perigosas).

Destacamos ainda que no fim do século XIX, médicos, filósofos e pensadores registraram impressões relativas aos corpos de homens e mulheres com expressivos efeitos de verdade. “A partir deste olhar autorizado ocorre a distinção entre os sujeitos e as práticas sexuais com expressões que se constituem de forma pejorativa com a força de invocação sempre repetida que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, conferindo um lugar discriminado.” (LOURO, 2020, p.35). Ademais, com surgimento do discurso biopsicomédico ocorre a implicação interna sobre as ações do sujeito e a consequente problematização da homossexualidade (e suas variações), como uma prática entendida como resultado de um comportamento desviado, não saudável e antinatural

Compreendemos então, que para iniciar a construção deste artigo é preciso resgatar alguns conceitos-chave para facilitar o entendimento acerca da noção de sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de sexualidade pode ser compreendido como:

... um aspecto central de ser humano ao longo da vida engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020, p.15).

É importante sinalizar que quando falamos sobre a sexualidade LGBTQIA+, sabemos que a ideia de depravação sexual sobressai como uma característica atribuída predominantemente a este grupo identitário, enquanto os indivíduos heterossexuais a compreendem como uma fase passageira que marca a evolução sociocultural dos costumes da época. Dessa forma a revolução gay dos anos 1970 coincidiu com a liberação sexual da década anterior e “se tornou

elemento central dela. [...] homossexuais e heterossexuais se dedicaram ao amor livre [...], mas os homossexuais (que não foram nem mais nem menos frívolos que os heterossexuais) foram julgados à parte” (CASTAÑEDA 2007, p. 155).

Para os autores Leite e Catelan (2020 p.240) “É necessário destacar que o processo de despatologização da homossexualidade ocorreu somente após os eventos ligados à revolta de *Stonewall*, em 1969, na qual a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) nova-iorquina se revoltou contra a intolerância e a discriminação sofridas, os movimentos sociais e profissionais da Psicologia e Psiquiatria começaram a pressionar a American Psychiatric Association para que removesse a homossexualidade do Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (DSM), o que aconteceu em 1973”.

Sobre este período escreve a autora Guacira louro (2020 p.30): “No Brasil, o movimento sexual ganha mais força, surgem jornais ligados a grupos organizados, promovem-se reuniões de discussão e ativismo, buscando tomar consciência do próprio corpo, sexualidade e identidade”. Categorizado como um comportamento sexualmente distinto, quando comparado aos padrões heteronormativos, estes grupos identitários estão expostos a muitas formas de violência física, psíquica que podem culminar em práticas de exclusão social. O diagnóstico de “homossexualismo” (termo em desuso) somente foi removido da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde na década de 1990.

Para Cannone (2019 p.23): “No que se refere a pessoas trans, nesta mesma época, utilizava-se o termo transexualismo e, com a diferenciação da transexualidade da esfera das orientações sexuais, alterações diagnósticas surgiram. O código internacional de doenças incluiu, em sua décima versão (CID-10), a transexualidade na categoria de Transtorno de Identidade Sexual; enquanto o DSM-IV incluiu em TIG (Transtorno de identidade de Gênero). No entanto, é preciso salientar que as causas e origens que justificariam a patologia na transgeneridade nunca foram constatadas” Ressaltamos que a partir da vigência do CID-11 (prevista para janeiro de 2022), esta condição, deixará de figurar na lista de doenças mentais e será reclassificada como uma “incongruência de gênero” e transferida para a categoria referente a saúde sexual.

Após este breve panorama histórico-temporal, podemos identificar que os estudos sobre processos que envolvem a construção da sexualidade são profundamente dinâmicos e demonstram como “algumas condutas, perfeitamente aceitas em determinados momentos da história, passam a ser interditas em outros períodos, modificando a forma como os sujeitos vivenciam as sensações corporais”. (HEIBORN 2006, p.43).

Para os autores Francisco *et al* (2007 p.47) “A identidade de gênero diz respeito a como um indivíduo se percebe e se identifica, não necessariamente sendo condizente com o seu sexo biológico ou orientação sexual. Compreende-se por orientação sexual, a capacidade de cada indivíduo ter atração por outro de gênero diferente, igual ou ambos”. Deste modo, para nomear o espectro diverso em que está inserida a população LGBTQIA+ podemos conceituá-la brevemente da seguinte forma:

Lésbicas – São mulheres que se sentem atraídas afetiva e sexualmente por outras mulheres. Gays: são homens que se sentem atraídos por outros homens. Já o indivíduo bissexual tem atração afetiva e sexual por ambos os sexos, enquanto as pessoas transgênero não se identificam com o sexo biológico. A letra “Q” da sigla se refere a identidade *Queer* termo usado para designar as pessoas que não se identificam como sendo 100% homem ou mulher, mas se veem como um terceiro gênero cuja orientação sexual é fluida ou indefinida. Já a intersexualidade descreve as pessoas que podem nascer com genitais correspondentes a um sexo e o sistema reprodutivo e os hormônios do outro. Ou podem apresentar uma anatomia sexual que não é nem masculina nem feminina, podendo ser necessária a realização de cirurgia para resignação sexual. Os assexuais, não sentem atração sexual, seja pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo. (AGLBT 2010).

Esta ampliação das siglas, pretende incluir um maior número de categorias, tornando assim o grupo mais inclusivo e ao mesmo tempo plural. O próprio símbolo de soma já traz essa abrangência, deixando um espaço em aberto para agregar outras nomenclaturas. Sobre este aspecto semântico deste segmento não-heteronormativo Facchini e Simões (2005, p. 21) afirma que “a proliferação de siglas e a segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram, no ano de 1999, alvos de tratamento irônico na mídia que

acusava as entidades que passaram a utilizar a sigla GLBT de criar uma ‘sopa de letrinhas’”. É interessante perceber que as mudanças constantes geraram um enfraquecimento das pautas identitárias específicas desta população. Pois, tanto a imprensa, quanto a população em geral, não conseguiam se vincular nem mesmo assimilar a significação correta do grupo e suas respectivas demandas.

Diante deste contexto de exclusão, as pessoas LGBTQIA+ de uma maneira geral, tendem a sofrer níveis crônicos de angústia, ansiedade e estresse, que não costumam ser experimentados por pessoas heterossexuais. Isto demonstra quanto o sofrimento psíquico marca a trajetória de vida dos indivíduos LGBTQIA+. Desta forma, faz-se necessário assegurar o exercício de uma prática psicológica, na qual não ocorra o aprisionamento da própria condição do sujeito e o possibilite vivenciar as experiências características da vida ordinária.

Acreditamos que o maior desafio desta pesquisa consistiu em tentar responder a seguintes questões norteadoras: Qual o papel da psicologia afirmativa no enfrentamento da LGBTfobia e como este profissional deve conduzir sua atuação, a fim de combater as manifestações fóbicas e seus efeitos psíquicos para este segmento da população. Ante ao exposto, foram definidos os seguintes objetivos: Objetivo geral: Discutir a psicologia clínica afirmativa como dispositivo de fortalecimento identitário e enfrentamento da LGBTfobia Objetivos específicos: Descrever os impactos psicológicos da LGBTfobia; discutir o compromisso ético-político da Psicologia como ciência e profissão no combate a práticas discriminatórias e excludentes; definir a psicologia clínica afirmativa no que se refere ao trabalho com pessoas LGBTQIA+.

2. METODOLOGIA

Conforme explica Minayo (2009, p. 14): “A metodologia de pesquisa inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”.

Para elaboração deste artigo utilizamos o método de pesquisa qualitativa com revisão integrativa de literatura e análise de conteúdo. De acordo

com os autores Kripka, Scheller e Benotto (2015 p.57) “o método qualitativo pode ser definido como aquele que busca compreender o fenômeno em seu ambiente natural e do qual faz parte. Para tanto, o investigador é o instrumento responsável por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto”.

Já para Beyea (1998 p.77), a revisão integrativa de literatura, tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado.

As fontes de pesquisa usadas para esta produção foram obtidas mediante consulta nas seguintes bases de dados: Google acadêmico, o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PEPSIC, vinculado à BVS-Psi e a BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, além de livros físicos e digitais. Esta primeira fase de busca de trabalhos nas bases de dados possibilitou a definição de quais os documentos são mais adequados para analisar o problema proposto, assim como auxiliou na especificação do foco da pesquisa em questão.

Para seleção dos materiais foram adotados os seguintes parâmetros: Textos publicados a partir do ano de 2005 que abordem a temática da LGBTfobia direcionada ao público LGBTQIA+ adulto, nas áreas de saúde mental, sofrimento psíquico e terapias afirmativas em psicologia. Os resultados foram obtidos a partir da adoção seguintes descritores principais: LGBT, LGBTfobia, clínica psicológica e terapia afirmativa. Os termos citados foram pesquisados tanto de forma isolada, quanto considerando as combinações possíveis entre eles.

Além disso, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: a) artigo completo; b) disponibilizado em língua portuguesa; c) conter ao menos um dos termos (LGBTfobia, terapia afirmativa, sofrimento psíquico LGBT/LGBTQIA+) no título ou no resumo do artigo; d) Ter como elemento central a prática psicológica direcionada ao público LGBT.

Como critérios de exclusão definimos os seguintes: a) texto disponibilizado de forma parcial; b) textos em idioma estrangeiro. c) produções que abordem o sofrimento psíquico LGBTQIA+ em crianças adolescentes ou idosos. d) Não estar relacionado com o objeto de estudo central deste artigo e abordem outras questões relativas ao público LGBT, por exemplo: adoção, casamento, uso de substâncias psicoativas, inserção no mercado de trabalho etc. e) produções elaboradas por outras categorias de profissionais: Por exemplo: médicos, enfermeiros, pedagogos, jornalistas, assistentes sociais etc.

Para evitar a duplicação dos conteúdos obtidos, efetuamos o cruzamento das informações apuradas e mensuramos os resultados de busca da seguinte forma:

Na BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, encontramos 20 trabalhos, todos em português, publicados a partir de 2005 e disponibilizados na íntegra. Contudo somente um deles tem relação direta com o tema proposto neste artigo. Os demais foram excluídos por abordarem outras questões relativas ao público LGBT (14) e pelo fato de serem artigos produzidos por outras categorias profissionais (5).

Após a aplicação de alguns filtros de busca na plataforma BVS-Psi, foram encontrados 11 trabalhos, destes, apenas dois atendem os critérios de inclusão. Os outros foram excluídos pelas seguintes razões: estão escritos em idioma estrangeiro (3), abordam temas não relacionados ao foco de pesquisa deste trabalho (6).

A busca pelos descritores na plataforma google acadêmico, trouxe os seguintes materiais para compor esta pesquisa: 32 artigos completos, publicados entre 2005 e 2021. Destes (3) já haviam sido localizados nas bases de pesquisa citados anteriormente, outros (9) foram escritos em inglês ou espanhol, (5) abordavam velhice LGBT e os últimos (9), tratavam de outras questões alheias a proposta central desta pesquisa, restando seis (6) trabalhos selecionados.

Tabela 1 – Quantidade de artigos localizados e analisados a partir dos critérios de inclusão / exclusão:

PESQUISA NAS BASES DE DADOS	LOCALIZADOS	EXCLUIDOS	REPETIDOS	SELECIONADOS
BDTD	20	19	0	1
PEPSIC	11	9	0	2
GOOGLE ACADÊMICO	32	26	3	6
TOTAL	63	54	3	9

Tabela 2 – Relação de publicações selecionadas:

ANO	PUBLICAÇÃO	AUTORES	TÍTULO
2009	Rev. Ex aquo 20	Carla Moleiro e Nuno Pinto	Artigo: Diversidade e Psicoterapia: Expectativas e experiências LGBT acerca das competências multiculturais dos psicoterapeutas
2012	Rev. Psicologia Clínica 24	Livia Toledo e Tania Pinafi	Artigo: A Clínica psicológica e o público LGBT
2017	UniCeub -Brasília	Lucas Rosa	Monografia: A LGBTfobia como Fenômeno Cultural e seus Impactos Psíquicos
2019	Rev. Psicologia: Ciência e Profissão	Lara Cannone	Artigo: Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida
2020	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	Leilane Camila Ferreira et al	Artigo: Ansiedade em minorias sexuais e de gênero - Uma revisão Integrativa
2020	Rev. SPAGESP	Fernanda Paveltchuk; Juliane Borsa	Artigo: A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais
2020	Rev. Pensando Famílias	Madalena Leite e Ramiro Catelan	Artigo: Terapia familiar afirmativa com Lesbicas, Gays e Bissexuais
2020	Universidade Federal da Paraíba/ UFPB	Frederico Monte	Monografia: Transexualidade, tendencia atualizante e terapia afirmativa :O clássico e o contemporâneo nas questões de gênero e sexualidade no processo terapêutico
2020	Universidade estadual Paulista/ UNESP	Lais da Silva	Dissertação: Psicologia e saúde: Uma análise da formação acadêmica a partir dos atravessamentos da (in)visibilidade de gênero e diversidade sexual nos currículos

Bardín (1977 p.41) descreve a análise de conteúdo como: “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por

procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. De acordo com o processo descrito pelo autor, realizamos as seguintes etapas nesta pesquisa: leitura flutuante dos materiais coletados, para posterior elaboração de hipóteses e objetivos, seleção do material para análise e preparação das sínteses e resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Para Rosa (2017 p.18) Socialmente se constrói a ideia de que há papéis específicos para serem desempenhados pelas pessoas levando em conta apenas seu sexo (macho ou fêmea), e qualquer “desvio” comportamental não passará despercebido pela comunidade a nossa volta. Havendo, assim, espaço, muitas vezes, para práticas discriminatórias socialmente “legitimadas” nas mais variadas formas. Neste sentido é importante frisar que a discriminação é o “desejo de se manter o que está sendo mudado, de “corrigir” as rupturas. É, vendo-se prejudicado pela novidade, o esforço de apagar a figura que está surgindo e reestabelecer o padrão anterior”. (Bruner, 1997, p. 36). Todavia, é preciso esclarecer que as manifestações fóbicas, atingem os indivíduos LGBTQIA+ de maneiras diversas e implícitas, porém igualmente prejudiciais a construção do psiquismo destes sujeitos.

Deste modo, identificamos uma estratégia de dominação contínua, que insiste em deslegitimar a busca do prazer fora do processo de procriação e com a supervalorização da heterossexualidade como único caminho possível e permitido. Ou seja, práticas sexuais consideradas inférteis, tais como: a masturbação e a relação homossexual eram consideradas manifestações de uma presença maligna exterior, sendo por vezes comparada a crimes em determinadas sociedades.

A LGBTfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativas, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a

pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e indenitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativas. (REIS 2018 p.35).

De acordo com dados atualizados do Relatório Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+, cerca de 237 pessoas (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), morreram vítimas da homotransfobia: 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%). No Brasil. A cada 36 horas um LGBT sofre homicídio ou suicídio, o que confirma o país como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. A violência materializada contra corpos de LGBTI+ é, principalmente, uma violência de gênero, atingindo diferenciadamente e a partir de múltiplas intensidades alguns segmentos. Das 113 travestis assassinadas, 72 (63%) foram executadas em espaços públicos, sobretudo, em ruas e vias, evidenciando um contexto marcado pela “prostituição de pista”: Suicídios de LGBT+ são difíceis de mensurar nos registros policiais e nas mídias sociais, pois sua subnotificação é ainda agravada por três estigmas: homossexualidade, gênero diverso, morte intencional (MOTT, 2020).

De acordo com Rosa (2017 p.22) estas manifestações de violência contra a existência de pessoas LGBT's se tornam mais nítidas quando os sujeitos e sujeitas se aproximam da ideia de feminino e/ou do corpo feminino. Assim, um homem gay afeminado, por exemplo, sofre maiores discriminações do que o homem gay que é masculinizado, pois a negação à aproximação do feminino - ou a hipervalorização da masculinidade que é dada, também é característica do heterossexismo.

Para os autores Toledo e Pinafi (2012 p.47) É possível que diante deste contexto de opressão, gays e lésbicas busquem estabelecer uma "representação positiva" da homossexualidade por meio de uma aproximação aos constructos dos gêneros instituídos pela lógica heterossexual. Por esse viés, a identidade homossexual do gay masculino e da lésbica feminina se estabelece como mais positivada em contraposição àquelas que transgridam as normativas de sexo/gênero: gays afeminados, lésbicas masculinizadas, bissexuais, travestis e transexuais.

1. A POLÊMICA DA “CURA GAY” E PAPEL DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DA LGBTFOBIA

A orientação sexual e a identidade de gênero são questões inerentes ao indivíduo, possuem caráter pessoal, dinâmico e não patológico. Portanto, devem ser acolhidas e não modificadas. Não cabe ao profissional de psicologia, defender, sob qualquer pretexto, uma pseudo-viabilidade na adoção de condutas segregantes.

Neste aspecto destacamos que o marco mais recente acerca da legislação que rege a psicologia brasileira sobre as questões LGBT, acontece com o disposto na resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1, de 29 de janeiro de 2018, cujo texto orienta que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias ou psicopatologias e sim entendidas como possibilidades da existência humana, além de compreender a autodeterminação como uma possibilidade de compreensão sobre as realidades específicas de cada indivíduo.

O referido documento está em consonância com a orientação instituída desde a resolução 001/1999, cujo texto estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual e veta ao psicólogo, enquanto pertencente a uma categoria, referir-se à homossexualidade como doença ou fazer qualquer propaganda de tratamento ou muito menos cura a estes clientes/pacientes. Conforme define o trecho extraído a seguir:

Art. 1º – Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade. Art. 2º – Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. Art. 3º – os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

Sobre este assunto é preciso destacar que em 2011, tramitou sem sucesso, o projeto de lei 234/11, protocolado na Câmara Federal pelo Deputado João Campos (PSDB-GO), que visava suspender os parágrafos 3º e 4º da Resolução CFP 01/1999 e dessa forma, legitimar intervenções clínicas que visassem "reverter" a homossexualidade na prática da profissão de psicólogo.

Tendo como base a tentativa anterior, registramos que ainda em 2016, a então ex -psicóloga Rosangela Justino (que em 2011 teve seu registro profissional cassado por oferecer terapias de conversão), impetrou uma ação no ministério público federal (MPF) que culminou na suspensão temporária dos efeitos da Resolução 001/1999. Em setembro de 2017, o juiz federal Waldemar de Carvalho julgou o mérito desfavorável ao Conselho Federal de Psicologia e somente em 2019, o Superior Tribunal Federal (STF), cassou a liminar concedida e reassegurou a validade do documento em questão.

Deste modo se manifestam os autores Macedo e Sivori (2018 p.1427): a complexidade dessas articulações evidencia a profundidade deste fenômeno. O antagonismo que emerge na polêmica em torno da "cura gay", na medida em que estes atores trazem essa pauta para diferentes arenas – a científica, a religiosa, a profissional – não opõe simplesmente ciência e religião, ou atores religiosos contra o Estado laico, mas envolve atores capazes de se localizar estrategicamente de um lado ou de outro dessas dicotomias.

Conforme explica Rosa (2017 p.18): “A violência e o medo não tem dado conta de suprir essa demanda preconceituosa, este tipo de posicionamento profissional pode ser interpretado como um apelo à ciência pela “cura” dessa, entendida culturalmente como, “chaga social”. Assim, as discriminações, com intenções antigas, mas com uma “nova cara” desde a modernidade, conseguem, em subterfúgios (como é, por exemplo, este apelo à ciência) serem expressas de forma socialmente legitimada pelos grupos hegemônicos.” Desta maneira defendemos que cabe tanto ao Conselho Federal de Psicologia, quanto aos seus integrantes, manter o olhar atento para os constantes ataques que a nossa prática vem sofrendo, sobretudo se considerarmos o contexto ideológico da atual elite política brasileira.

2. O ESTRESSE DE MINORIA E OS IMPACTOS PSÍQUICOS DA LGBTFOBIA

A teoria do Estresse de minoria foi desenvolvida por Meyer (2003), nos Estados Unidos, no início dos anos 2000, com o objetivo de sistematizar as condições específicas vividas por pessoas LGBT, e explicar de que modo tais condições impactariam em desfechos positivos e negativos de saúde mental neste grupo.

Segundo descreve Meyer (2003 apud Paveltchuk e Borsa 2020 p.43) O Estresse de minoria (EM) funciona como um elemento adicional aos fatores estressores do cotidiano. Ou seja, namorar, casar, divorciar, estar inserido no mercado de trabalho, são experiências comuns a maioria das pessoas. Mas apenas indivíduos LGBTQIA+ vivenciam estes eventos a partir de seu status de minoria. Pessoas estigmatizadas precisam se adaptar em maior nível às situações do que os não-estigmatizados pois, conforme já referido, têm contato com estressores específicos ao grupo minoritário ao qual pertencem.

Esta teoria propõe três tipos básicos de estressores:

Experiências de vitimização, caracterizada pelo preconceito, violência, rejeição e agressão relacionadas à orientação sexual: Diz respeito a manifestações de ódio, violência homofóbica ou transfóbica, que ameacem sua vida, integridade física, liberdade e honra.

Homofobia internalizada, relacionada a ideias aversivas de uma pessoa LGBT acerca de sua própria sexualidade): Pessoas LGBTQIA+ internalizaram conceitos negativos sobre si, aos quais foram repetidamente expostos. Por isso, em algum momento de sua trajetória, o sujeito se mostrará infeliz e insatisfeito em virtude da sua própria condição. (BORGES 2009 p.30).

Ocultação da orientação sexual, quando esconde sua identidade LGBT de si e/ou de outros: Por medo de ser reconhecido e segregado socialmente enquanto pessoa LGBT, o indivíduo omite seu status de minoria sexual.

Diante de todo esse contexto de opressão e angústia, Borges (2009 p.32), enumera alguns efeitos nocivos que são resultantes de sentimentos e emoções internalizadas por sujeitos LGBTQIA+. São eles: Confusão emocional baixa autoestima; atitude hipercrítica em relação a si mesmo e aos outros; isolamento social; supressão generalizada da expressão de sentimentos; depressão, uso excessivo de uso de álcool, drogas ilícitas, automutilação, exposição a situação de riscos, tentativas de suicídio; ansiedade crônica; dificuldade generalizada de estabelecer intimidade; adoção de estereótipos; Recusa' em assumir posições de liderança;

Entre os diversos tipos de violências que perpassam a existência de uma pessoa LGBT, destaca-se a violência verbal, expulsões da família, da escola ou universidade, além de estupros corretivos, abusos sexuais, agressões físicas, morais, verbais e psicológicas. Outro exemplo de violência é a institucional, entendida como um conjunto de dimensões reiteradas e reproduzidas por instituições e pelo Estado em que excluem e discriminam pessoas por determinadas condições. (ROSA,2017 p.18)

No que se refere especificamente sobre pessoas que se identificam como transgênero, escreve Cannone (2019 p.23): Sabe-se que estas violências não se resumem ao setor da saúde mental, mas certamente interagem direta ou indiretamente. Pessoas trans são expulsas da vida em sociedade, empurradas para guetos através de um processo de segregação desde o núcleo familiar, escolar, laboral e afetivo. Representam um grupo de vulnerabilidade em termos de escolaridade baixa, ideação suicida, trabalhos desvalorizados, ascensão social, dificuldade em encontrar parceiros(as) sexuais e relacionamentos, impedimentos aos serviços de saúde, habitação de qualidade e alto risco de sofrer agressões.

Conforme alerta Rosa (2017 p.55): A constante ameaça e possibilidade de sofrer alguma agressão LGBTfóbica são processos que dificultam se sentir presente no aqui e agora. Um passado marcado por agressões e um futuro em que mais delas podem acontecer acaba por dificultar estar presente e consciente, tentando viver plenamente o aqui e agora. Assim sendo, é possível identificar tanto a como a depressão (associada a um passado de sofrimentos) quanto a ansiedade

(associada a possíveis sofrimentos futuros) podem ser consequências da LGBTfobia.

3. AS TERAPIAS AFIRMATIVAS E A FORMA DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO:

A Terapia Afirmativa é um conceito desenvolvido pelos psicólogos norte-americanos Donald Clark e Betty Berzon em 1982. Não é uma abordagem específica de psicoterapia e sim uma área de conhecimento que questiona os vieses ideológicos que interpretam a orientação homossexual (e suas variações) de forma fixa e patológica. Esta proposta se apresenta de uma ferramenta psicoterapêutica que visa o desenvolvimento de uma identidade LGBTQIA+ autêntica. Uma série de esforços têm sido empreendidos no sentido de adaptar protocolos e estratégias terapêuticas para a população LGBT. Segundo Leite e Catelan (2020 p.245). Alguns estudos têm usado a denominação (psico)terapia afirmativa para fazer alusão à terapia que usa estratégias tradicionais e reconhecidas neste campo. Assim, busca desenvolver maior sensibilidade cultural, entendendo as especificidades que a população LGBT apresenta e o efeito dos estressores de minoria sobre a saúde mental.

Este viés de atuação pode ser aplicado a qualquer tipo de abordagem e pode ser capaz de produzir um olhar crítico as formas de sofrimento psíquico destes indivíduos. Neste sentido Borges (2009 p. 14) ilustra a prática em questão da seguinte maneira: “[...] conjunto de pressupostos teóricos sobre a homossexualidade e uma /atitude clínica especificamente voltada para o desenvolvimento de uma identidade homossexual positiva”. De acordo com Cannone (2019 p.30) Também é preciso discutir que o sofrimento psíquico é uma esfera pouco explorada no que se refere às identidades trans. Isso também significa que a questão é resumida à imagem corporal, padronizada, e é negligenciado o sofrimento psíquico que se manifesta por outros fatores.

Ressaltamos que as questões LGBTQIA+ seguem sendo pensadas com base em pressupostos mais amplos quando refletimos sobre a importância das competências multiculturais para o trabalho em psicoterapia. Por definição competências multiculturais são habilidades terapêuticas que envolvem sensibilidade cultural para o respeito e valorização da diversidade humana, oferecendo intervenções apropriadas para minorias sociais, étnicas/raciais e de gênero/sexualidade. (Leite e Catelan 2020; Moleiro e Pinto 2009).

A natureza interpessoal da relação terapêutica, deve considerar também os efeitos das variáveis do/a terapeuta. De acordo com (Monte 2020; Borges 2009) o terapeuta afirmativo quando necessário pode expor sua sexualidade, sendo gay lésbica ou uma pessoa que veja a homossexualidade e as demais orientações sexuais como normais, com um olhar positivo; essa atitude seria um facilitador dentro do processo terapêutico. Do ponto de vista terapêutico afirmativo, o profissional atua reconhecendo que a diversidade sexual é uma expressão natural da sexualidade humana, assim como, a heterossexualidade, e vai se atentar então, para os conflitos e experiências vividas pelos homossexuais buscando compreender a sua dinâmica a partir dos processos de discriminação social.

Nesta discussão, torna-se imprescindível, refletir sobre a qualidade da formação acadêmica dos psicólogos, uma vez que, nos possibilita enxergar a partir de sua própria atuação, possíveis falhas em nossa fase de preparação teórico-prática, de modo a buscar a melhoria constante nos serviços prestados por esta categoria. Além disso, explica Borges (2009 p.46): “É fundamental uma preparação que considere a psicodinâmica da sexualidade, os recursos comunitários disponíveis e as questões relativas inserção social deste segmento da população”.

Nesse sentido, sentencia Silva (2020, p. 92): “A importância se dá também pela convocação frequente de profissionais da saúde para oferecerem esclarecimentos de “questões-tabu” em nossa sociedade, tais como a diversidade sexual, e se veem incapazes ou pouco subsidiados pela formação, deixando uma lacuna que pode ser preenchida pelo imaginário social.

Torna-se, assim, fundamental que os clínicos sejam capazes de manejar às elevadas expectativas que os clientes LGBT podem trazer para o processo terapêutico, maximizando as possibilidades de sucesso no processo do atendimento. Contudo para que isso aconteça é importante que o profissional esteja conectado sobre a cultura vigente nesses grupos, direitos civis, e outros conceitos. Além de estar atento para lidar com as próprias questões que possam influenciar na relação com o paciente. (Monte 2020; Moleiro e Pinto 2009).

Vale ressaltar que conforme reforçam os autores Toledo e Pinafi (2012 p.152): “Não é para adequar o paciente LGBT à norma heterossocial vigente que deve se orientar o trabalho terapêutico. Mas sim para forjar possibilidades que disparem processos de subjetivação singulares no lugar onde seu paciente não consegue, ou seja, ajudar o paciente a produzir uma existência na qual sinta que pode habitar sem sofrer” Ante ao exposto, para estar capacitado para atender este segmento da população mediante o uso de estratégias afirmativas, o profissional de psicologia também deve adotar uma postura de naturalização, acolhimento e aceitação, diante das questões de gênero e sexualidade.

CONCLUSÃO

A sexualidade humana exerce papel fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos e na forma como se constituem suas vivências. Refletir sobre as possibilidades de existência pode ser o ponto de partida para adoção de estratégias interventivas diante de temas complexos como: Educação sexual, diversidade, questões de gênero e LGBTfobia.

Durante a realização deste trabalho identificamos a escassez de títulos mais aprofundados sobre este tema e a presença de um único autor de referência em todos os trabalhos sobre psicologia afirmativa (Klecius Borges). Esta dificuldade sinaliza a necessidade contínua de pesquisas e estudos nesta área de atuação. Outro ponto a ser considerado é a ausência de conteúdos sobre esta temática em nossas bases curriculares de formação acadêmica.

O fato é que, apesar de termos avançado significativamente, ainda é um risco para uma pessoa LGBTQIA+ viver em um país onde a sua existência pode

resultar em manifestações hostis de negação, sofrimento e até morte. Em cada etapa de elaboração deste artigo, buscamos adotar bases teóricas que fomentam a construção de uma atuação profissional baseada na compreensão de uma terapia afirmativa que reconhece e acolhe as diversas possibilidades de expressão humana.

Neste sentido, a psicologia deve atuar com um olhar ampliado e uma escuta sensível. Ao mesmo tempo, em que precisa manter uma postura crítica para dar a importância necessária aos movimentos de resistência e transformação político-sexual, de modo a combater os vieses fundamentalistas acerca do tema, além de adotar continuamente uma postura técnica baseada na aceitação e valorização da identidade do paciente ao longo do atendimento psicológico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Manual de Comunicação LGBT**. Belo Horizonte, MG: 2010, 48 p.

BEYEIA SC, Nicoll LH. **Writing an integrative review**. AORN J. 1998 Apr; 67(4):877-80.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BORGES K. (2009). **Terapia afirmativa: Uma introdução a psicologia e a terapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais**. São Paulo: GLS.

BRASIL Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 001/99 de 22 de março de 1999. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Brasília.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução N° 01/2018. **Orienta os profissionais da Psicologia a atuar, no exercício da profissão, de modo que as travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.** Brasília.

BRUNNER, J. (1997). **Atos de significação.** Porto Alegre: Artes Médicas.

CANNONE (2019) Lara Araújo Roseira **Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]., v. 39, n. spe.

CASTANHEDA M. (2007). **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus** terapeutas Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa.

ELSIRIK M. F. & TREVISAN J. F. (2008). **A invenção do ressentimento no século XIX e os desafios da psicologia social no século XXI.** Psicologia, ciência e profissão, 28(1), 4-17.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** São Paulo: Graal, 2005.

FRANCISCO, Leilane Camila Ferreira de Lima et al. **Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa.** Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 69, p. 48-56, 2020.

HEILBORN Maria Luiza, **Entre as tramas da sexualidade brasileira.** Revista Estudos Feministas [online]. 2006, v. 14, n. 1

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BENOTTO, D. L.; **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** Revista de Investigaciones UNAD, V. 14. N. 2, p. 55 -73, 2015.

LEITE, Madalena; CATELAN, Ramiro Figueiredo. Terapia familiar afirmativa com lésbicas, gays e bissexuais. **Pensando fam.,** Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 239-254, jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho - **Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª Ed. 2020.

MACEDO, Cleber Michel Ribeiro de; SIVORI, Horácio Frederico. **Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI**. Estud. Pes. Psicol., Rio de Janeiro, v. 18, n. spe, p. 1415-1436, dez. 2018.

MONTE, Frederico. Transexualidade, **Tendência Atualizante e Terapia Afirmativa: o clássico e o contemporâneo nas questões de identidade de gênero e sexualidade no processo terapêutico**. UFPB, Paraíba p.1-37, 2020

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.D.R.; GOMES, R. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. 25ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MOLEIRO, Carla; PINTO Nuno. (2009). **Diversidade e psicoterapia: Expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas**. ex aequo. 20. 150-172.

MOTT L, Michels E. Relatório 2020: **Assassinatos de LGBT no Brasil** [Internet]. Brasil: Grupo Gay da Bahia - GGB; 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/> acesso em: 01 de junho 2021

PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro. **A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais**. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 41-54, dez. 2020.

ROSA, Lucas Camapum. **A LGBTfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos**. 2017. 116 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, Daniel Kerry dos. **As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia.** Rev. Expos. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2013.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, Laís Ribeiro [UNESP]. **Psicologia E Sexualidade: Uma Análise Da Formação Acadêmica a Partir Dos Atravessamentos Da (in)visibilidade De Gênero E Diversidade Sexual Nos Currículos.** 2020.

SOBRAL H.S., Silva, M.L. V. da., & FERNANDES, S.C. S. (2019). **Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer?** Artigo de revisão. Rev. CES Pisco, 12(3),20-34.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. **A clínica psicológica e o público LGBT.** Psicol. Clín. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2012.